



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2020

CARGO: ADVOGADO

CADERNO DE QUESTÕES

Língua Portuguesa

1- Analise as afirmativas sobre emprego das letras K, W e Y:

I- Siglas e símbolos: kg (quilograma), km (quilômetro), K (potássio).

II- Antropônimos (e respectivas palavras derivadas) originários de línguas estrangeiras: Kelly, Darwin, darwinismo.

III- Topônimos (e respectivas palavras derivadas) originários de línguas estrangeiras: Kosovo, Kuwait, kuwaitiano.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

2- Analise as afirmativas:

I- A divisão silábica é a separação das diferentes sílabas que formam uma palavra. Uma sílaba é um pequeno conjunto de fonemas emitidos em uma única emissão de voz.

II- No português, a vogal é o núcleo da sílaba. Assim, cada vogal corresponde a uma sílaba, não havendo sílabas sem vogais.

III- A divisão silábica é usada na translineação, ou seja, na partição de uma palavra para que se faça a mudança de linha.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

3- Definimos substantivo concreto:

a) o nome que se dá ao substantivo cuja existência é independente de outro ser. Nesse caso, o pensamento apresenta sua existência como própria e independente de outra. Por isso, o substantivo concreto pode ser real ou imaginário, material ou imaterial.

b) o nome que se dá ao substantivo cuja existência depende de um ser concreto para existir. Sem o ser concreto, o substantivo abstrato não é capaz de ser produzido.

c) o nome genérico que se dá a um mesmo grupo de seres ou de objetos. Costuma vir em letra minúscula.

d) o nome que se dá especificamente a um (ou alguns) indivíduo(s) ou objeto(s) de um grupo de seres ou de objetos, identificando-os em relação ao todo do grupo e tornando-os inconfundíveis. Costuma vir em letra maiúscula.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

4- Analise as afirmativas:

I- Os radicais são elementos mórficos (morfemas) que funcionam como base do significado de uma palavra. O radical é o elemento comum a palavras da mesma família e pode ser de origem grega ou latina.

II- Sem os radicais, não há palavras. O radical é conhecido na nossa língua como morfema lexical, ou seja, a base da palavra, a parte responsável pela significação principal de uma palavra e pela formação de novas palavras.

III- Quando as palavras possuem o mesmo radical são chamadas de palavras cognatas (ou famílias etimológicas). São elas, por exemplo: agrário, agricultor, agrícola (agri=campo); acéfalo, bicéfalo, encéfalo (céfalo=cabeça).

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

5- As classes de palavras ou classes gramaticais organiza os estudos sobre as palavras da Língua Portuguesa em:

- a) 10 grupos.
- b) 9 grupos.
- c) 8 grupos.
- d) 7 grupos.
- e) 6 grupos.

6- Os adjetivos são as palavras que dão qualidade e/ou característica aos substantivos. São flexionados em:

I- Número (simples ou composto/singular ou plural)

II- Gênero (uniforme ou biforme)

III- Grau (comparativo e superlativo)

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

7- Analise as afirmativas:

I- Adjetivo simples: apresenta apenas um radical. Exemplos: bonito, magro, claro.

II- Adjetivo composto: apresenta mais de um radical. Exemplos: preto-escuro, azul-marinho, rosa-claro.

III- Adjetivo primitivo: dá origem a outros adjetivos. Exemplos: feliz, puro, bom.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

**8- Analise as afirmativas sobre o adjetivo comparativo:**

**I- Comparativo de igualdade: O carro de Felipe é tão rápido quanto o carro de Henrique.**

**II- Comparativo de inferioridade: O carro de Pedro é menos rápido que o de João.**

**III- Comparativo de superioridade: O carro de João é mais rápido que o carro de Pedro.**

**Está correto o que se afirma em:**

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

**9- Analise as afirmativas:**

**I- Adjetivos Pátrios: são os adjetivos utilizados quando se deseja exprimir a nacionalidade ou lugar de origem do sujeito na frase. Exemplo: paulista, paulistano, mineiro.**

**II- Locução adjetiva: é a junção de duas palavras para formar um adjetivo. Exemplo: amor de pai – amor paternal, festas de natal – festa natalina.**

**III- Advérbios: são as palavras que se conectam com verbas para exprimir as circunstâncias do tempo verbal da oração.**

**Está correto o que se afirma em:**

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

**10- Analise as afirmativas:**

**I- A Gramática (do grego: γραμματική, transl. grammatiké, feminino substantivado de grammatikós) é um grande conjunto de regras e estudos, classificados em diversos tipos. A que designa o caráter prescritivo da língua, que impõe as regras e o padrão a ser seguido, nós a chamamos de Gramática Normativa.**

**II- Dentro da Gramática Normativa temos a Morfologia (morfo = forma, logia = estudo), parte que estuda as classes de palavras, ou seja, o estudo da forma da palavra.**

**III- Na Morfologia, portanto, não estudamos as relações entre as palavras, o contexto de comunicação em que estão inseridas ou outros fatores que podem influenciá-las, mas somente a forma da palavra, o que de fato ela é.**

**Está correto o que se afirma em:**

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Todas as alternativas

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

**Conhecimentos Específicos**

**11- Segundo a Lei Orgânica do Município de Conchal, assinale a alternativa que não constitui uma competência administrativa comum do Município, da União e do Estado:**

- a) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- b) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- c) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.
- e) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos.

**12- É competente para propor emenda à Lei Orgânica do Município de Conchal:**

- a) 2/3 dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
- b) o vice-prefeito.
- c) o Presidente da Câmara Municipal.
- d) 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- e) o Procurador Geral do Município.

**13- Tício, servidor estatutário da Câmara Municipal de Conchal, após o exercício ininterrupto de 10 (dez) anos no respectivo cargo no Legislativo Municipal, pleiteou o pagamento do adicional por tempo de serviço por cada 5 (cinco) anos de serviços prestados. A respeito dessa situação, segundo a Lei Orgânica do Município de Conchal, é correto afirmar:**

- a) Tício tem direito ao adicional somente quando contar com 20 (vinte) anos de serviço público efetivamente prestado.
- b) Tício tem direito ao adicional equivalente a 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviços prestados ininterruptamente à Câmara Municipal.
- c) Tício tem direito ao adicional, denominado sexta-parte, calculado sobre 1/6 de sua remuneração.
- d) Tício não tem direito ao adicional, porque esse adicional não veio disciplinado na Lei Orgânica de Conchal.
- e) Tício não tem direito ao adicional, tendo em vista a inconstitucionalidade do referido direito declarado pelo Supremo Tribunal Federal.

**14- Quanto à eleição da Mesa da Câmara Municipal de Conchal, é correto afirmar:**

- a) Ocorrerá em votação secreta e nominal, por maioria qualificada de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- b) Ocorrerá em votação secreta, por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria simples dos membros da Câmara.
- c) Ocorrerá em votação aberta e nominal, por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- d) Ocorrerá em votação aberta, por maioria qualificada de votos, presente, pelo menos, 2/3 dos membros da Câmara.
- e) Ocorrerá em votação aberta e nominal, por maioria qualificada de votos, presente todos os

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

membros da Câmara.

15- A Comissão da Câmara Municipal de Conchal que se destina à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância denomina-se:

- a) Comissão de Representação.
- b) Comissão de Estudos Municipais.
- c) Comissão Parlamentar de Controle.
- d) Comissão de Interesse Público.
- e) Comissão de Assuntos Relevantes.

16- O princípio administrativo do controle ou tutela foi desenvolvido no âmbito da Administração Pública para assegurar o princípio da especialidade. Assinale a alternativa que melhor conceitua o referido princípio:

- a) é o princípio pelo qual a Administração exerce o controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída.
- b) é o princípio que visa controlar internamente os atos administrativos postos à disposição dos cidadãos, em razão da eficiência, eficácia e efetividade.
- c) é o princípio pelo qual a Administração Pública exerce o controle sobre os próprios atos.
- d) é o princípio que cria uma relação de subordinação e hierarquização entre órgãos e servidores.
- e) é o princípio que busca assegurar o interesse público sobre o individual.

17- Mélvio, servidor público da Prefeitura Municipal de Conchal, prestou concurso para o cargo de tesoureiro da Câmara Municipal. Tendo sido aprovado em primeiro lugar, e após o devido ato de designação, Mélvio pediu exoneração do cargo junto ao Poder Executivo em um dia, e, logo, no seguinte, tomou posse e entrou em exercício no cargo junto à Câmara Municipal. A respeito do ato de posse e exercício no cargo do Poder Legislativo Municipal é correto afirmar:

- a) trata-se de provimento originário no cargo de tesoureiro.
- b) trata-se de provimento derivado no cargo de tesoureiro.
- c) trata-se de investidura no cargo de tesoureiro.
- d) trata-se de transposição para o cargo de tesoureiro.
- e) trata-se de acesso ao cargo de tesoureiro.

18- A Câmara Municipal de Conchal abriu processo licitatório para a contratação de um contador por um período de 12 (doze) meses. Nos documentos de habilitação, a Câmara Municipal colocou uma cláusula de qualificação profissional, exigindo a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos como contador do Poder Legislativo Municipal, além de curso de pós-graduação em gestão pública, em órgão reconhecido pelo Ministério da Educação. Como procurador jurídico da Câmara Municipal, ao dar parecer jurídico sobre essa regra do edital, assinale a alternativa correta:

- a) a cláusula está irregular, porque a Lei nº 8.666/93 adota apenas a exigência de qualificação técnica e não profissional na fase habilitatória.
- b) a cláusula está regular, porque a Lei nº 8.666/93 prevê expressamente a qualificação profissional com quantitativos mínimos de 3 (três) anos de experiência.
- c) a cláusula está irregular, porque, em que pese a comprovação de experiência mínima ser ainda controversa, podendo ser utilizada quando houver motivação técnica, a exigência de curso de pós-graduação não se encontra no rol dos documentos da fase de habilitação.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

d) a cláusula está regular, porque para garantir o princípio da eficiência, a Câmara Municipal deve fazer exigências mínimas para evitar a atribuição de responsabilidades à profissional que não detém de capacidade técnica demonstrada.

e) a cláusula está irregular, apenas porque a experiência mínima deveria abranger o exercício das funções de contador em qualquer esfera do Poder Legislativo, e não exclusivamente no âmbito municipal.

19- Durante a execução de um contrato administrativo de serviços de natureza contínua, houve a necessidade de se alterar o valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio instrumento original assinado pelas partes. Na situação posta e à luz do disposto pela Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta:

a) serviços de natureza contínua não podem sofrer reajuste, mesmo constando tal benefício no contrato original.

b) serviços de natureza contínua podem se estender por até 48 (quarenta e oito) meses, com reajuste de preços a cada ano, independentemente de cláusula contratual nesse sentido.

c) é possível o reajuste de preços na forma representada, porém, é obrigatório o aditamento contratual porque caracteriza uma alteração do contrato.

d) o reajuste de preços constante do contrato é legal e pode ser instrumentalizado mediante apostilamento.

e) o reajuste de preços de um contrato administrativo só pode ser autorizado por lei municipal específica.

20- Mélvio, ex-prefeito do Município X, está respondendo por ação de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 8.429/92, por ter violado o princípio da legalidade na contratação irregular de um show artístico por inexigibilidade de licitação. Quanto à tipificação da conduta apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Casos envolvendo irregularidade na contratação por inexigibilidade de licitação são enquadrados no artigo 10 da Lei Federal nº 8.429/92.

b) Para a tipificação da conduta descrita é preciso que a ilegalidade tenha sido praticada mediante dolo do agente, independentemente de haver dano ao erário.

c) O tipo subjetivo para a tipificação do artigo 11 da Lei nº 8.429/92 é a culpa, em qualquer de suas modalidades.

d) Na conduta descrita, o agente pode receber a pena de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

e) O caso apresentado não admite a celebração de acordo de não persecução cível.

21- Considere as seguintes assertivas quanto à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro:

I. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

II. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.

III. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à invalidade de ato, contrato ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção não se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

IV. A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I e IV

22- No tocante à classificação dos bens públicos, segundo o Código Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) os bens dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- b) o rio que corta uma cidade é considerado de uso comum do povo.
- c) o prédio onde se situa uma autarquia municipal é classificado como de uso especial.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- e) Os bens dominicais estão sujeitos a usucapião.

23- Não revestir a forma prescrita em lei, a fraude contra credores e o erro são vícios dos negócios jurídicos que culminam em:

- a) nulidade, anulabilidade e nulidade, respectivamente,
- b) anulabilidade, anulabilidade e anulabilidade, respectivamente.
- c) anulabilidade, nulidade e nulidade, respectivamente.
- d) nulidade, anulabilidade e anulabilidade, respectivamente.
- e) anulabilidade, anulabilidade e nulidade, respectivamente.

24- A proibição do *venire contra factum proprium* objetiva impedir que a parte da relação jurídica contratual adote mais de um padrão de conduta, segundo as vantagens que cada situação possa lhe oferecer. Esse instituto está relacionado à qual princípio da codificação civil brasileira:

- a) boa-fé.
- b) sociabilidade.
- c) operabilidade.
- d) transparência contratual.
- e) proporcionalidade.

25- Segundo o Código Civil, a prescrição da pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos ocorre em:

- a) 10 (dez) anos.
- b) 5 (cinco) anos.
- c) 3 (três) anos.
- d) 2 (dois) anos.
- e) 1 (um) ano.

26- Tício, servidor da Câmara Municipal do Município X, requereu, administrativamente, para o

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

presidente do Legislativo Municipal o pagamento de adicionais por tempo de serviço a que tinha direito por conta de erro de cálculo do setor de recursos humanos. A Mesa Diretora, por sua vez, indeferiu o pedido, sob a alegação de que o requerimento deveria ser endereçado ao prefeito municipal. Não tendo logrado êxito no âmbito administrativo, Tício foi buscar arrimo junto ao Poder Judiciário por meio de um processo de conhecimento. No tocante à capacidade processual, a ação intentada por Tício deve ser endereçada:

- a) à Câmara Municipal.
- b) ao Município X.
- c) à Mesa Diretora.
- d) ao Presidente da Câmara Municipal.
- e) ao Prefeito Municipal.

27- De acordo com o Código de Processo Civil, quando a urgência for contemporânea à propositura da ação, e a petição inicial limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, temos um típico caso de:

- a) procedimento de tutela cautelar em caráter antecedente.
- b) procedimento de tutela cautelar em caráter provisório.
- c) procedimento de tutela provisória requerida em caráter de urgência.
- d) procedimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- e) procedimento de tutela de evidência.

28- Assinale a alternativa que não constitui hipótese de indeferimento da petição inicial, segundo o Código de Processo Civil:

- a) quando a parte for manifestamente ilegítima.
- b) quando o autor carecer de interesse processual.
- c) quando a petição contiver pedidos incompatíveis entre si.
- d) quando a petição não apresentar o valor da causa.
- e) quando a petição não conter a causa de pedir.

29- Segundo o Código de Processo Civil, a testemunha que não pode ser inquirida em sua residência ou onde exerce a sua função é:

- a) o procurador-geral do município.
- b) o deputado estadual.
- c) o vice-presidente da República.
- d) o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.
- e) o presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

30- Um agravo interno interposto pelo Município X foi julgado improcedente em votação unânime, e o órgão colegiado condenou o ente a pagar ao agravado uma multa fixada de 5% (cinco cento) sobre o valor atualizado da causa. O Município X apresentará recurso contra essa decisão do agravo interno. Nesse contexto e segundo o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) o município não tem direito de recorrer contra a decisão do agravo interno.
- b) o município pode apresentar recurso, porém, deverá fazer o pagamento da multa ao final.
- c) não pode ser aplicada a multa ao município, por se tratar de pessoa jurídica de direito público interno isenta de custas e despesas judiciais.
- d) o município pode apresentar recurso, desde que faça o depósito prévio da multa.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

e) o valor da multa viola o limite de 2% (dois por cento) fixado pelo Código de Processo Civil.

31- Assinale a alternativa que, segundo a Lei Federal nº 9.504/97, retrata o procedimento legal a ser adotado pelos candidatos ao descobrirem que seu partido ou coligação não realizou o pedido dos respectivos registros:

- a) os candidatos poderão fazer os registros perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de 48 horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.
- b) os candidatos poderão fazer os registros perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de 72 horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.
- c) os candidatos deverão solicitar os respectivos registros a cada presidente do partido a que são filiados, para que faça os registros em até 48 horas de cada pedido individual.
- d) os candidatos deverão solicitar os respectivos registros a cada presidente do partido a que são filiados, para que faça os registros em até 72 horas de cada pedido individual.
- e) os candidatos deverão solicitar os respectivos registros perante o Ministério Público Eleitoral.

32- Segundo a legislação eleitoral vigente, o percentual que um candidato poderá usar de recursos próprios em sua campanha é de:

- a) 30% do limite previsto para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- b) 20% do limite previsto para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- c) 10% do limite previsto para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- d) 50% do total das doações de pessoas físicas e jurídicas que arrecadar.
- e) 20% do total das doações de pessoas físicas e jurídicas que arrecadar.

33- Nos termos do artigo 73, V, da Lei Federal nº 9.507/97, é conduta proibida ao agente público nos pleitos eleitorais nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito. Assinale a alternativa que não representa exceção a essa proibição:

- a) a nomeação de cargo em comissão.
- b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário.
- c) a dispensa de funções de confiança.
- d) a nomeação dos aprovados em concurso público realizado antes do prazo de três meses que antecede a eleição.
- e) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

34- O prefeito do Município X, candidato à reeleição nas eleições municipais de 2020, teve as contas de um convênio federal rejeitadas pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em um processo de tomada de contas especial, cuja decisão transitou em julgado em julho de 2020. Nesse caso hipotético, nos termos da Lei Complementar nº 64/90, é correto afirmar:

- a) é caso de inelegibilidade, porque se trata de decisão irreversível de órgão competente sobre contas de ordenador de despesa.
- b) não é caso de inelegibilidade, porque se trata de contas de convênio federal, e a inelegibilidade só recai sobre julgamento de contas anuais de Governo.
- c) somente será caso de inelegibilidade, se houver a comprovação de enriquecimento ilícito e dano

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

ao erário e, no mínimo, culpa por ato de improbidade administrativa.

d) somente será caso de inelegibilidade, se a rejeição contiver irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa.

e) não é caso de inelegibilidade porque o trânsito em julgado ocorreu antes do dia 1º de julho de 2020.

**35- A respeito dos recursos eleitorais, assinale a alternativa incorreta:**

a) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

b) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.

c) O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.

d) A distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior, previnirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.

e) São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria criminal.

**36- No tocante aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:**

a) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

b) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o registro civil de nascimento.

c) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

d) conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

e) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

**37- A Prefeitura do Município X realizou um concurso público com validade de 3 anos, sem a possibilidade de prorrogação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, neste caso:**

a) o concurso público deverá ser nulificado, por conter vício constitucional.

b) o concurso público não será nulo, pois o prazo máximo de sua validade está dentro do período de até 4 (anos) previsto na Constituição Federal de 1988.

c) o concurso não será nulo, desde que o Município X convoque os candidatos dentro do prazo de 2 (dois) anos da sua homologação.

d) o concurso público poderá ser revogado, se não houver interesse público na sua manutenção.

e) o concurso deverá ser declarado nulo, porque é direito dos concorrentes haver pelo menos uma prorrogação.

**38- Segundo a Constituição Federal de 1988, não constitui hipótese de intervenção nos municípios:**

a) deixar de pagar no exercício seguinte os precatórios sujeitos ao regime ordinário do exercício anterior.

b) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

c) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.

d) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

e) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

39- Considere as seguintes assertivas quanto ao controle externo do Poder Legislativo Municipal de Conchal, à luz da Constituição Federal de 1988:

I. O controle externo exercido pela Câmara Municipal será auxiliado pelo Tribunal de Contas do Estado.

II. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III. As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

IV. A Lei Orgânica Municipal poderá autorizar a criação de um Conselho de Contas Municipais. Assinale a alternativa que indica os itens corretos.

- a) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- b) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- d) As alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

40- O Prefeito do Município X pretende ajuizar, em 2020, perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) contra uma norma municipal que tinha vigência desde 1999, em razão de ela conter vício de iniciativa. A respeito do órgão competente para julgar essa ADIN no TJSP e do seu prazo prescricional, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão julgador será o Tribunal Pleno e a ADIN tem a prescrição de 10 (dez) anos.
- b) o órgão julgador será o Órgão Especial e a ADIN é imprescritível.
- c) o órgão julgador será o Tribunal Pleno e a ADIN é imprescritível.
- d) o órgão julgador será a Seção de Direito Público e a ADIN tem prescrição de 20 (vinte) anos.
- e) o órgão julgador será a Seção de Direito Público Especializado e a ADIN é imprescritível.

41- A respeito da prescrição penal, assinale a alternativa incorreta:

a) Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

b) Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

d) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena máxima em abstrato prevista no tipo, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

**B** ~~a)~~ As penas mais leves prescrevem com as mais graves.

42- Mélvio, assistente administrativo da Câmara Municipal, solicitou de um empresário dois mil reais para alterar um parecer administrativo de uma Comissão Permanente, a fim de valorizar o imóvel onde se situa a empresa dele no projeto de lei do Plano Diretor Municipal. No caso apresentado, o respectivo servidor poderá ser denunciado pela prática do crime de:

- a) peculato.
- b) concussão.
- c) prevaricação.
- d) corrupção passiva.
- e) corrupção ativa.

43- A respeito da condição de funcionário público para efeitos penais, nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em Geral, assinale a alternativa incorreta:

- a) um empregado público de uma sociedade de economia mista é considerado funcionário público para os efeitos penais.
- b) responde também pelo crime uma pessoa que exerce uma função pública sem remuneração.
- c) responde também pelo crime um empregado público de uma fundação pública.
- d) equipara-se a funcionário público o agente que trabalha para uma empresa prestadora de serviço contratada para a execução de uma atividade típica da Administração Municipal.
- e) a pena será aumentada de um sexto se o crime é praticado por ocupante de cargo em comissão.

44- Um servidor da Câmara Municipal foi ofendido em sua honra em razão do exercício de suas funções. Nessa situação hipotética, uma vez que se trata de crime de ação privada, podemos dizer que tem legitimidade concorrente com o ofendido para a propositura da ação penal:

- a) o Presidente da Câmara Municipal.
- b) qualquer vereador.
- c) o Prefeito Municipal.
- d) a Mesa Diretora da Câmara.
- e) o Ministério Público.

45- Das alternativas a seguir, assinale aquela que não constitui um ato que deva ser praticado pela autoridade competente no momento da lavratura de um auto de prisão em flagrante, segundo o Código de Processo Penal:

- a) relaxar a prisão ilegal.
- b) ouvir o condutor e colher sua assinatura.
- c) proceder ao interrogatório do acusado.
- d) proceder à oitiva das testemunhas da infração.
- e) fornecer ao condutor o recibo de entrega do preso.

46- De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa que contém a hipótese de interposição de recurso de ofício pelo juiz:

- a) da decisão que impronunciar o réu.
- b) da sentença que conceder habeas corpus.
- c) da decisão que revogar a medida de segurança.
- d) da sentença definitiva de absolvição por incapacidade relativa do réu.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

e) da decisão que decidir sobre a unificação de penas.

47- De acordo com as normas constitucionais sobre o meio ambiente, respeitante ao artigo 225 da Constituição Federal, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto a seguir:

*“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, \_\_\_\_\_ e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.*

- a) sustentável
- b) harmonioso
- c) gerenciado
- d) bem de uso comum do povo
- e) diversificado

48- A Política Nacional do Meio Ambiente conceitua “meio ambiente” como:

- a) a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- b) um sistema integrado de elementos corpóreos e incorpóreos formadores da vida global em todas as suas formas.
- c) o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- d) o conjunto de normas e critérios de desenvolvimento sustentável da vida humana, biológica e química, objetivando sobrevivência do homem no universo em que vivemos.
- e) a construção, organização e preservação de recursos naturais nos variados ecossistemas do planeta.

49- O registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento denomina-se:

- a) SINIMA
- b) RIMA
- c) CAR
- d) REPE
- e) CADIN-AMBIENTAL

50- Das alternativas abaixo, cite os direitos que não estão enunciados no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos:

- a) a igualdade e a paz.
- b) o trabalho e a previdência social.
- c) o julgamento justo e o devido processo legal.
- d) a integridade física e a segurança pessoal.
- e) a família e o casamento.

51- À luz da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984, internacionalmente, o crime de tortura só pode ser cometido por:

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

- a) Ministro de Estado.
- b) Militar das Forças Armadas.
- c) Delegado de Polícia.
- d) Policial Militar.
- e) Funcionário Público.

52- Em 1969, os países membros da Organização dos Estados Americanos – OEA adotaram na Convenção Interamericana de Direitos Humanos um tratado internacional multilateral. Esse tratado, vigente até hoje, é conhecido como:

- a) Pacto de San José da Costa Rica.
- b) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- c) Convenção dos Direitos da Criança.
- d) Tratado dos Direitos Cíveis e Sociais das Américas.
- e) Tratado dos Direitos Humanos da OEA.

53- Assinale a alternativa que corresponde a uma exceção ao princípio tributário da anterioridade nonagesimal no âmbito da competência tributária municipal:

- a) a alteração da base de cálculo do ISSQN.
- b) a alteração da base de cálculo do IPI.
- c) a alteração da base de cálculo do ITBI.
- d) a alteração da base de cálculo do IPTU.
- e) a alteração da base de cálculo do ITCMD.

54- A respeito da interpretação e integração da legislação tributária, julgue os itens a seguir, colocando “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas:

- 1. ( ) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
  - 2. (✓) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão do crédito tributário.
  - 3. ( ) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao Estado.
  - 4. ( ) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de 1 a 4:

- a) F,V,F,V.
- b) V,F,V,V.
- c) F,F,V,V.
- d) V,F,V,F.
- e) F, V, V, F.

55- São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) a moratória e o pagamento.
- b) a transação e o parcelamento.
- c) a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a moratória.
- d) o depósito do seu montante integral e a transação.
- e) a remissão e a consignação em pagamento.

56- Segundo a Lei nº 4.320/64, atestar o cumprimento do plano de trabalho expresso em termos

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2020**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL/SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA – ADVOGADO**

monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços constitui atividade inerente ao:

- a) controle da nota de empenho.
- b) controle do termo de parceria.
- c) controle da gestão de risco contábil.
- d) controle das licitações de obras de engenharia.
- e) controle da execução orçamentária

57- Em relação ao Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa correta:

- a) estabelece as metas anuais em relação a despesas e receitas para o exercício a que se refere e para os três seguintes.
- b) apresenta critérios e forma para a limitação de receitas.
- c) contém dados para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- d) contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias e de caráter continuado.
- e) contém o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos traçados no plano plurianual.

58- “Compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos”.

O conceito acima se refere:

- a) ao resultado orçamentário.
- b) à dívida flutuante.
- c) à dívida fundada.
- d) aos débitos de tesouraria.
- e) às despesas de capital.

59- O prazo de prescrição para se obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos é de:

- a) 3 anos.
- b) 5 anos.
- c) 10 anos.
- d) 20 anos.
- e) para danos morais 5 anos, e para danos materiais 10 anos.

60- Segundo a Lei Federal nº 8.434/92, no mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de:

- a) 24 horas.
- b) 72 horas.
- c) 3 dias.
- d) 5 dias.
- e) 10 dias.



**GABARITO OFICIAL**

**ADVOGADO**

01: E	02: E	03: A	04: E	05: A	06: E	07: E	08: E	09: E	10: E
11: A	12: D	13: B	14: C	15: E	16: A	17: C	18: C	19: D	20: B
21: E	22: E	23: D	24: A	25: C	26: B	27: D	28: D	29: E	30: B
31: A	32: C	33: D	34: D	35: E	36: B	37: A	38: A	39: C	40: B
41: D	42: D	43: E	44: E	45: A	46: B	47: D	48: C	49: C	50: B
51: E	52: A	53: D	54: A	55: C	56: E	57: D	58: C	59: B	60: B